



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

# **JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ ACÓRDÃOS PUBLICADOS EM 04 DE FEVEREIRO DE 2026**

## **I. 0620581-37.2026.8.06.0000 – Habeas Corpus Criminal – Sobral.**

Ementa: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO (ART. 157, § 2º, II, DO CÓDIGO PENAL). PRISÃO PREVENTIVA. **ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDO NÃO ALEGADO NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.** INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE APTA A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. **ANÁLISE GLOBAL DOS PRAZOS. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL REGULAR E COMPATÍVEL COM AS PECULIARIDADES DO FEITO. PROCESSO COM RECENTE ANDAMENTO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUIZ SINGULAR OU DO AGENTE DO PARQUET.** CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. TESE DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. INOCORRÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA E RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. SÚMULA 52 DO TJCE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES INSUFICIÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA, NA PARTE CONHECIDA.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

## **II 0200378-06.2023.8.06.0298 – Embargos de Declaração Criminal – Santa Quitéria.**

**Ementa:** DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL. DESCLASSIFICAÇÃO PARA MODALIDADE LEVE. SURSIS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. OMISSÃO RECONHECIDA. EFEITOS INFRINGENTES INDEFERIDOS. EMBARGOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

## **III. 0620011-51.2026.8.06.0000 – Habeas Corpus Criminal – Fortaleza.**

**Ementa:** DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. LATROCÍNIO TENTADO. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DENEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NÃO CONHECIMENTO. **FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DA CUSTÓDIA CAUTELAR. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDOTA DADO O MODUS OPERANDI. PLURALIDADE DE VÍTIMAS. EMPREGO DE ARMA DE FOGO E VEÍCULO DE APOIO. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA E PERICULOSIDADE ACENTUADA. PACIENTE QUE JÁ RESPONDE AÇÃO PENAL POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.** NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. **CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA.** MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO CONHECIDA, DENEGADA.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

#### **IV. 0631549-63.2025.8.06.0000 – Habeas Corpus Criminal – Fortaleza.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ART. 2º, §§ 2º E 4º, I, DA LEI Nº 12.850 /2013. PRISÃO PREVENTIVA. **ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PROCESSO DE ALTA COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. INVESTIGAÇÃO LASTREADA EM QUEBRA DE DADOS TELEMÁTICOS. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO PODER JUDICIÁRIO.** INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 15 DO TJCE. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA

#### **V. 0630666-19.2025.8.06.0000 – Habeas Corpus Criminal – Iguatu.**

Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDOTA. **APREENSÃO DE EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGA, APETRECHOS DO TRÁFICO E ARMA DE FOGO. RESISTÊNCIA À PRISÃO.** CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA. **ALEGAÇÃO DE VIOLÊNCIA POLICIAL. EXAME DE CORPO DE DELITO COMPLEMENTAR. DEMORA NA JUNTADA. IRRELEVÂNCIA PARA A LEGALIDADE DA CUSTÓDIA.** TÍTULO JUDICIAL AUTÔNOMO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

**VI. 0787930-82.2014.8.06.0001 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza.**

Ementa: DIREITO PENAL E EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO. PRETENSÃO MINISTERIAL DE IMPOSIÇÃO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO COMO CONDIÇÃO ESPECIAL. ARTIGOS 115 E 146-B DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL , COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.843 /2024. AUSÊNCIA DE MOTIVOS CONCRETOS E ATUAIS PARA A RESTRIÇÃO. PRINCÍPIOS DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA, PROPORCIONALIDADE E SISTEMA PROGRESSIVO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO DESPROVIDO.

**VII. 0620464-46.2026.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Quixadá.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121 , § 2º , I E IV , DO CÓDIGO PENAL ). PRISÃO PREVENTIVA. TESES DE FALTA DE CONTEMPORANEIDADE DA PRISÃO, AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES E CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL, EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS E POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À SEGREGAÇÃO. **REPETIÇÃO DE PEDIDOS. MATÉRIAS EXAUSTIVAMENTE ANALISADAS EM HABEAS CORPUS ANTERIOR (HC N.º 0631325-28.2025.8.06.0000 ), JULGADO EM 28/01/2026. LITISPENDÊNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.**



**VIII. 0201195-61.2023.8.06.0301 - Apelação criminal - Crato.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO (ART. 155 , § 4º , I DO CP ). NULIDADE DO RECONHECIMENTO PESSOAL. ART. 226 DO CPP . EXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS JUDICIAIS. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. **AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. IMAGENS DAS CÂMERAS DE SEGURANÇA DO ESTABELECIMENTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. VALOR DA RES FURTIVA SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE.** PRECEDENTES. PLEITO DE AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA DO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL NÃO JUSTIFICADA. REDIMENSIONAMENTO DA PENA DE OFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

**IX. 0202037-44.2023.8.06.0300 - Apelação Criminal - Acopiara.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SOB INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL. ART. 302 , § 3º , DO CTB . **FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NA SENTENÇA PENAL.** PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM. ART. 387 , IV , DO CPP . **RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO DO VALOR FIXADO.** RECURSO DESPROVIDO.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

**X. 0033995-66.2017.8.06.0001 0 - Apelação Criminal - Fortaleza.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO SIMPLES. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. AUTORIA NÃO COMPROVADA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

**XI. 0202410-31.2025.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33 , CAPUT, DA LEI Nº 11.343 /2006. **MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA USO PESSOAL. INAPLICABILIDADE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. MANUTENÇÃO DO REGIME FECHADO. DESPROVIMENTO.**

**XII. 0000004-87.2026.8.06.0000 - Conflito de Jurisdição - Juazeiro do Norte.**

Ementa: DIREITO PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. **CRIME DE ABANDONO. VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA.** ART. 23 DA LEI Nº 13.431 /2017. MODULAÇÃO DE EFEITOS FIXADA NO EARESP Nº 2.099.532/RJ. FEITO DISTRIBUÍDO **ANTES DE 30.11.2022. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CRIMINAL COMUM.** PROCEDÊNCIA DO CONFLITO.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

**XIII. 0620293-89.2026.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza.**

Ementa: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, I E IV, C/C ART. 29, DO CÓDIGO PENAL). 1. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RÉU PRONUNCIADO E INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 21 E 52 DO STJ. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. 2. TESES DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA, FALTA DE CONTEMPORANEIDADE E SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. **REITERAÇÃO DE PEDIDO. MATÉRIAS JÁ APRECIADAS EM WRIT ANTERIOR PELO MESMO COLEGIADO. COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE FATO NOVO.** CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. 3. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO CONHECIDA, DENEGADA.

**XIV. 0050125-34.2020.8.06.0064 - Apelação Criminal - Caucaia.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. **AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. VALIDADE DO RECONHECIMENTO PESSOAL DIANTE DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS.** MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO. DESPROVIMENTO.



**XV. 0202037-44.2023.8.06.0300 - Apelação Criminal - Pacajus.**

Ementa: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DEFENSIVO. DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 33 DA LEI N.º 11.343 /2006 E ART. 14 DA LEI N.º 10.826 /2003). 1. **ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. DESCABIMENTO. POLICIAIS RECEBERAM INFORMAÇÕES ANTERIORES REFERENTES A OCORRÊNCIA DE TRÁFICO DE DROGAS NO LOCAL. VISUALIZAÇÃO PELOS POLICIAIS DA PESSOA DO RÉU NO LOCAL DA DENÚNCIA, O QUAL TENTOU EMPREENDER FUGA AO AVISTAR A COMPOSIÇÃO. RÉU ALCANÇADO EM TERRENO BALDIO. CONTEXTO DE BUSCA PESSOAL. NÃO OCORRÊNCIA DE ENTRADA AO DOMICÍLIO. VERSÃO DO APELANTE ISOLADA. DINÂMICA FÁTICA DE BUSCA PESSOAL REALIZADA DE FORMA IDÔNEA E LÍCITA. FUNDADAS SUSPEITAS ANTERIORES. APREENSÃO POSTERIOR DAS DROGAS E MUNIÇÕES.** 2. **PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO PELO ART. 33. IMPOSSIBILIDADE. DEPOIMENTOS QUE APONTAM PARA O ENVOLVIMENTO DO APELANTE COM AS DROGAS. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS QUE SÃO COERENTES COM O RESTANTE DO FEITO. APREENSÃO DE ELEMENTOS INDICATIVOS DO TRÁFICO (BALANÇA DE PRECISÃO E DROGAS VARIADAS E FRACIONADAS). POSSIBILIDADE DA COEXISTÊNCIA DA CONDIÇÃO DE USUÁRIO E TRAFICANTE.** 3. **PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA DO DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. DESCABIMENTO. CRIME DE MERA CONDUTA E DE PERIGO ABSTRATO. TIPICIDADE QUE SE IMPÕE. CONDENAÇÃO MANTIDA.** 4. **DOSIMETRIA EFETUADA NA FORMA LEGALMENTE PREVISTA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO EM SEU GRAU MÁXIMO.**